

LEI Nº 873, DE 16 DE OUTUBRO DE 2025

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM CAMPANHAS DE INCENTIVO AO COMÉRCIO LOCAL PROMOVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE CHÃ GRANDE - ACIGRAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal de 1988, pela Constituição do Estado de Pernambuco e pela Lei Orgânica do Município de Chã Grande, FAÇO SABER que o poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

- Art. 1°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder contribuição financeira à Associação Comercial de Chã Grande ACIGRAN, entidade da sociedade civil regularmente constituída e inscrita no CNPJ sob o nº 11.097.224/0001-80, no valor de até 20 (vinte) saláriosmínimos, destinada ao apoio e à execução de campanhas de incentivo ao comércio e à prestação de serviços locais, visando à conjugação de esforços para o fortalecimento da economia municipal. §1°. As referidas campanhas devem ter por finalidade o fomento ao comércio local, o estímulo à economia municipal e ampliação da arrecadação, mediante a valorização dos empreendimentos locais e a circulação de recursos dentro do próprio Município de Chã Grande.
- **§2º.** Os recursos de que trata esta Lei deverão ser utilizados exclusivamente para a aquisição de prêmios a serem distribuídos gratuitamente durante as campanhas de incentivo ao comércio local, podendo consistir em bens, vales-compras ou valores em dinheiro.
- **Art. 2º.** A ACIGRAN será responsável pela execução integral das campanhas, em parceria com o Poder Executivo Municipal, conforme regulamento próprio da entidade, observando as diretrizes legais e contratuais aplicáveis.
- **Art. 3º.** O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar, por meio de Decreto, os aspectos complementares necessários à execução desta Lei.
- **Art. 4º.** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal vigente, podendo, se necessário, ser suplementadas mediante abertura de créditos adicionais especiais.
- **Art. 5°.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 2025.

SANDRO CORRÊA DOS SANTOS Prefeito